

OS TRÊS EIXOS DA PREVENÇÃO DE DESASTRES

Airton Bodstein

Pela terceira vez nos últimos oito anos, o povo brasileiro inicia um novo ano com uma tragédia logo no primeiro mês do calendário. No dia 12 de janeiro de 2011 o Brasil acompanhou estarrecido, o grande desastre da região Serrana no Rio de Janeiro, onde somados os mortos e desaparecidos, foram vitimadas mais de mil pessoas em sete municípios do estado do Rio de Janeiro. Dois anos após, em 27 de janeiro de 2013, mais um janeiro sangrento com a morte de 242 jovens e outros 680 feridos numa discoteca da cidade de Santa Maria, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Na última sexta-feira, dia 25 de janeiro de 2019, fomos surpreendidos, mais uma vez, com imagens de um filme de terror veiculadas pela mídia nacional, em que dezenas de pessoas corriam desesperadas tentando se proteger de uma onda gigante de lama, provocada pelo rompimento da barragem de Brumadinho na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais; mas a maioria infelizmente, não teve tempo nem de correr e foram fatalmente soterradas pelo mar de lama.

O que torna este evento muito grave do ponto de vista da prevenção de desastres no Brasil, é o fato de que há pouco mais de três anos, mais precisamente no dia 5 de novembro de 2015, houve o rompimento de outra barragem de rejeitos de mineração operada pela mesma empresa Vale S.A., a barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais, tendo sido considerado o maior desastre ambiental do país com 19 vítimas fatais. Isso demonstra que as autoridades responsáveis pelo licenciamento e fiscalização e principalmente a empresa Vale não aprenderam nada com a tragédia anterior. Não se mostraram preocupadas com a segurança do seu próprio pessoal, ao instalar refeitórios e estruturas administrativas na área de risco de um possível (ou melhor, provável) rompimento da barragem.

Faço essa cronologia das tragédias ocorridas nos últimos oito anos no Brasil, primeiro para realçar um fato importante na ciência da redução de riscos de desastres: não deixar cair no esquecimento coletivo a dor, o sofrimento e o desespero daqueles que estiveram envolvidos diretamente nesses tristes eventos. Infelizmente, passados os primeiros dias em que a grande mídia dedica-se em tempo integral a divulgar imagens, fotos, depoimentos, entrevistas, comentários de diversos especialistas, de ótima qualidade do ponto de vista jornalístico, o interesse coletivo sobre o assunto vai perdendo força dia a dia, e rapidamente entra para o rol das tragédias naturalizadas, sem levar em conta que as perdas de vidas de forma prematura e evitáveis são, definitivamente, irrecuperáveis e que o drama que se abateu sobre cada uma dessas famílias irá marcá-las para o resto da vida. Para os profissionais que atuam em defesa e segurança civil, cada vida perdida prematuramente é um desastre familiar. Isso fica bem evidente nas imagens de felicidade dos bombeiros ou de qualquer outro agente voluntário ou não, que participa de resgate e salvamento, ao lograr êxito em salvar uma vida, mesmo a de um animal. Faço aqui uma homenagem especial a esses homens e mulheres que arriscam as suas próprias vidas para tentar salvar outras vidas, que foram colocadas em risco pela irresponsabilidade e/ou ganância de alguns. Não vou entrar na análise técnica do que vem ocorrendo em Brumadinho, pois a mídia vem fornecendo farto material de informação para a população com detalhamento bastante embasado tecnicamente. Quero falar aqui não de hoje,

que agora só nos resta socorrer os vivos, acompanhar as famílias e enterrar os mortos, mas principalmente do amanhã, a fim de que tragédias como essa não se repitam.

É preciso considerar que um desastre só ocorre quando existe o encontro de diversas variáveis atuando simultaneamente, resultando em um somatório de falhas ou erros, humanos ou materiais que, individualmente, não teriam o potencial para causar o desastre. Isso exige um estudo detalhado e minucioso de tudo o que ocorreu naquele evento, que conduziu à situação de colapso que foi verificada. A identificação de cada fonte causadora de um problema, consideradas no conjunto de resultados provocados, é que permitirá o aprimoramento das normas e procedimentos de prevenção para situações futuras semelhantes. Isso é feito com muito rigor na área da aviação, civil e militar. A cada desastre aéreo o CENIPA, no caso brasileiro, faz uma investigação detalhada, não para apontar culpados, esse um problema da justiça, mas sim para melhorar a segurança dos próximos vôos através da correção dos problemas envolvidos naquele acidente. Fica claro que isso não foi realizado após o desastre de Mariana e caso tenha sido feito, foi claramente negligenciado e certamente teria evitado o desastre agora de Brumadinho, pelo menos no que tange às vítimas fatais.

Na gestão de riscos de desastres há que se considerar três eixos de ação: o eixo técnico, o econômico e o político. No primeiro a ciência tem avançado bastante nas últimas décadas estudando todas as variáveis que possam vir a provocar um desastre, desde as climáticas passando pelas tecnológicas, equipamentos específicos, treinamento de pessoal especializado, normas de segurança, planos de contingência, entre diversas outras atividades. Os veículos autônomos estão sendo desenvolvidos para reduzir ao máximo a falha humana, responsável por mais de 90% dos acidentes rodoviários que matam mais de 40 mil pessoas por ano no Brasil. Aprendeu-se muito até agora, mas estamos longe ainda de entender todos os mecanismos envolvidos em desastres, como preveni-los ou evitá-los. Não conseguimos ainda prever um terremoto, um tsunami, ou ter a certeza que um deslizamento de massa irá ocorrer em uma determinada região, mesmo que seja considerada de médio ou alto risco. Com todo o aparato tecnológico desenvolvido para a meteorologia, não conseguimos prever o dia, a hora e o volume preciso de chuva que irá cair em um determinado bairro por exemplo, ou mesmo em uma cidade. Temos tão somente uma previsão regional com uma grande margem de erros e acertos.

Esse grau de incerteza em relação à ocorrência de um desastre é talvez a maior fragilidade de todo o sistema de prevenção. Podemos construir mapas de risco, calcular índices de vulnerabilidade, estabelecer as probabilidades de ocorrência em termos percentuais, a relativa gravidade dos danos caso a ameaça se concretize, mas não conseguimos garantir se ele vai ocorrer ou não. Essa é a brecha para que indivíduos e/ou corporações gananciosas aumentem os seus lucros em detrimento da segurança das pessoas. E aí começamos a analisar o segundo eixo envolvido nos desastres, o eixo econômico. As grandes corporações em geral, colocam o lucro à frente dos interesses sociais e utilizam do seu alto poder financeiro para exercer uma grande pressão sobre todos aqueles que confrontem os seus interesses. Alteram as legislações de controle a seu favor, inibem os instrumentos de fiscalização e apostam que, caso um desastre ocorra, o custo financeiro a ser assumido, será sempre muito inferior aos investimentos que seriam necessários para reduzir os riscos a um mínimo aceitável, ou seja, confiam na impunidade. É fácil comparar o valor das multas aplicadas pelas autoridades no

momento do desastre, com aquelas efetivamente pagas após anos ou décadas de brigas judiciais e quando pagas, em valores muito abaixo daqueles inicialmente arbitrados.

Quanto ao terceiro eixo, o político, este está muitas vezes associado ao econômico e quando os interesses de ambos são convergentes, resta pouco a fazer quanto à prevenção efetiva dos desastres. Os políticos alegam, a priori, desconhecer normas técnicas ou científicas e respaldam as suas decisões em laudos técnicos frágeis e fortemente direcionados para os interesses das corporações, que visam minimizar ou até eliminar os riscos associados ao empreendimento. Quando um desastre ocorre fica muito fácil para o gestor culpar um subordinado responsável técnico pela área em questão, por não tê-lo prevenido dos riscos, transferindo inteiramente a sua responsabilidade pelo fato a terceiros. É preciso que o gestor assuma plenamente a sua responsabilidade nesses casos. Tomando por exemplo Brumadinho, o prefeito da cidade fez uma declaração que para ele não havia risco naquela barragem, uma vez que os órgãos de licenciamento haviam aprovado o empreendimento. Se o risco não é admitido, não se investe em prevenção. E finalmente considerando a penúria financeira da grande maioria de estados e municípios, que obriga os gestores a hierarquizar os investimentos, estes sempre vão direcionar os recursos para aquelas demandas de maior visibilidade, com fins eleitorais, ou aquelas cuja necessidade efetiva seja mais fácil de comprovar como ações na saúde, segurança e educação, carências diárias da população brasileira.

Em vista desse quadro triste, mas realista, o melhor caminho é investir na educação em todos os níveis a fim de criar no Brasil uma cultura de percepção de riscos e desenvolver em cada cidadão uma permanente preocupação com a sua própria segurança, cobrando providências das autoridades públicas na prevenção de desastres e não aceitando e denunciando os riscos a ele impostos por interesses políticos ou financeiros.